

Recebido em: 23/06/2006
Aceito para publicação: 01/12/2006
Publicado on-line: 15/12/2006

Revista Ciência em Extensão
v.3 n.1, 2006
Artigo Original - ISSN: 1679-4605

EMPREENDEDORISMO E ASSOCIATIVISMO NOS AGRONEGÓCIOS: A SUA PRESENÇA (E AUSÊNCIA) NA REGIÃO DE BOTUCATU-SP.⁶

Alberto Medici*

RESUMO

O artigo expõe resultados de pesquisa realizada na área do Escritório de Desenvolvimento Rural de Botucatu (SP) durante os anos de 2004 e 2005. Utiliza o conceito de capital social para compreender a presença e a ausência do associativismo e do empreendedorismo nos grupos que, de algum modo organizados, participam dos agronegócios desta região. Estuda, a partir de documentos e entrevistas, 24 casos em 11 municípios. Verifica: a origem dos diversos arranjos associativos estudados; a prática que predomina entre seus membros; as relações mantidas com os órgãos públicos; e a proporção de empreendedores dentre os associados. Dentre suas conclusões estão: estes empreendimentos nem sempre surgem de necessidades sentidas compartilhadas, mas algumas vezes a partir de sugestões vindas de fora do grupo, e outras vezes como condição para a formalização de contratos com órgãos governamentais; na prática, na maior parte dos empreendimentos não predomina a ajuda mútua para fins que beneficie o coletivo, mas uma união pela busca ou pelo recebimento de recursos governamentais; na maior parte dos casos considerados a proporção de empreendedores associados é muito pequena; na orientação para a formação destes arranjos predomina um apressamento pelo cumprimento de tarefas que resulta na escolha e adoção de regras que são inapropriadas para a acumulação de capital social.

Palavras-chaves: empreendedorismo, associativismo, agronegócios, capital social, organização

⁶ Correspondência para/ Correspondence to

Alberto Medici
Departamento de Gestão e Tecnologia Agroindustrial
Faculdade de Ciências Agrônomicas
UNESP - Campus de Botucatu
Fazenda Experimental Lageado,
Caixa Postal 237
Botucatu, SP, Brasil. CEP: 18603-970
Fone: 0055 (14) 3811-7164
Fax: 0055 (14) 3811-7164
E-mail: alberto@fca.unesp.br

* Professor do Departamento de Gestão e Tecnologia Agroindustrial, Faculdade de Ciências Agrônomicas. UNESP - Campus de Botucatu

ENTREPRENEURSHIP AND ASSOCIATIVISM IN THE AGRIBUSINESS: ITS PRESENCE (AND ABSENCE) IN THE REGION OF BOTUCATU-SP

ABSTRACT

This article displays results of research carried in the area of the Rural Development Office of Botucatu (SP) during the years 2004 and 2005. It uses the concept of social capital to understand the presence and absence of associativism and entrepreneurship in the groups that, in some way organized, participated of the agribusiness in this region. It studies, from documents and interviews, 24 cases in eleven cities. It verifies: the origin of the varied associative arrangements; the practices that predominates among its members; the relationships kept with the public agencies; and the ratio of entrepreneurs among the associates. Amongst the conclusions they are: the enterprises nor always originate coming for necessities pointed by the group, but sometimes for the suggestions off the group or for intervention of the state in contracts; in the practice, the mutual support is not majority, the joining together in the enterprises is just looking for governmental resources; in the most part of the cases studied, the ratio of entrepreneurs associates is tiny; we observed haste in the organizers for the implementation of these associative arrangements resulting in wrong adoption of rules that are unfavorable for the accumulation of social capital.

Key words: entrepreneurship, associativism, agribusiness, social capital, organization

EMPREENDIMIENTOS Y ASOCIATIVISMO EN LOS AGRONEGOCIOS: SU PRESENCIA (Y AUSENCIA) EN LA REGIÓN DE BOTUCATU - SP

RESUMEN

El artículo expone resultados de la investigación realizada en el área de la Oficina de Desarrollo Rural de Botucatu (SP) durante los años de 2004 y 2005. Utiliza el concepto de capital social para comprender la presencia y la ausencia del asociativismo y del emprendimiento en los grupos que, de alguna forma organizados, participan de los agronegocios de esta región. Estudia, a partir de documentos y entrevistas, 24 casos en 11 municipios. Se verifica el origen de las diversas organizaciones asociativas estudiadas; la práctica que predomina entre sus miembros; las relaciones mantenidas con las instituciones públicas; y la proporción de los emprendedores entre los asociados. Entre las conclusiones están: estos emprendimientos ni siempre surgen de las necesidades creadas fuera del grupo, y otras veces como condición para la formalización de los contratos con las instituciones de los gobiernos; en la práctica, en la mayor parte de los emprendimientos no predomina la ayuda mutua para fines que beneficien el colectivo, pero una unión por conseguir o por recibir los recursos de los gobiernos; en la mayor parte de los casos considerados, la proporción de los emprendimientos asociados es muy pequeña; en la orientación para la formación de estas organizaciones predomina un rápido cumplimiento de tareas que resulta en la selección y adopción de reglas que son inapropiadas para la acumulación del capital social.

Palabras clave: emprendimiento, asociativismo, agronegocios, capital social, organización

1. INTRODUÇÃO

Este artigo expõe resultados de investigação que efetuamos a partir de projeto apresentado ao Departamento de Gestão e Tecnologia Agroindustrial da Faculdade de Ciências Agrônômicas da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Botucatu, no final do ano de 2003. Foi desenvolvido ao longo dos anos de 2004 e 2005.

O projeto se incluía numa seqüência de trabalhos desenvolvidos pelo autor com o intuito de desenvolver uma linha de pesquisa denominada “Organização e Competitividade na Agropecuária”. Estava relacionado com o tema mais abrangente, objeto também de pesquisas anteriores, que trata da organização dos atores para o desenvolvimento de atividades econômicas, notadamente as ligadas à agropecuária e à agroindústria.

Para sua execução contribuíram muitos profissionais e técnicos ligados a organizações governamentais e não governamentais, bem como estudantes de ciências agrárias do Campus de Botucatu. Contribuíram também muitos produtores, fornecendo valiosas informações.

Quanto às técnicas de pesquisa, efetuamos entrevistas, observações e acompanhamento de casos. Relatos e documentos de técnicos ligados ao Escritório de Desenvolvimento Regional (EDR) da Secretaria Estadual da Agricultura e do Sistema Agro Industrial (SAI) do Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE) também foram utilizados.

Estas técnicas de pesquisa foram empregadas em concomitância com um restrito levantamento bibliográfico. Nele incluímos alguns autores que trataram do chamado “capital social”, e também publicaram suas pesquisas. Esta pequena lista está na bibliografia, e neste artigo estes autores são citados pelo seu sobrenome.

Os contatos com produtores, profissionais, técnicos e estudantes ocorreram em maior ou menor intensidade ao longo do período considerado. Agradecemos a todos pelas valiosas informações, mas assumimos inteira responsabilidade pelas análises aqui apresentadas, muitas vezes divergentes das que seriam apresentadas pelos principais colaboradores.

Tal postura só pôde ser sustentada pelo respaldo que tivemos dos colegas do Departamento de Gestão e Tecnologia Agroindustrial, e da direção da Faculdade de Ciências Agrônômicas.

2. ALGUNS CONCEITOS

Todo empreendimento se inclui de algum modo em uma realidade social anteriormente construída e efetivamente existente. As infundáveis interpretações sobre esta realidade não lhe retiram esta condição, que é real e concreta. Há um “ambiente” que inclui regras formais e informais, no qual os empreendedores atuam. E atuam relacionando-se com outros atores, ao mesmo

tempo em que efetuam uma seleção dentre os que estão disponíveis para este relacionamento.

Deste modo, quem toma a decisão de iniciar um empreendimento passa necessariamente a se relacionar com aqueles que decidiram aderir e contribuir para o sucesso dessa iniciativa. Assim, todos os empreendimentos poderiam ser vistos como associativos.

Entretanto, a formalização de relações em contratos institucionalmente estabelecidos foi a referência adotada na pesquisa. Por esta razão o empreendedorismo que pesquisamos é o existente no interior de associações, que no sentido aqui adotado, são os diversos arranjos associativos.

O termo "associações" foi nesta pesquisa tomado em seu sentido mais abrangente, isto é, aquele que inclui todos os grupos que desenvolvem práticas associativas, sob as mais diferentes denominações. Assim obtivemos dados de associações (no sentido restrito), mas também de cooperativas, núcleos e outros grupos que se relacionavam de alguma forma com os agronegócios desenvolvidos na região de Botucatu.

A referência adotada para analisar os arranjos associativos encontrados foi a de capital social, que é a densidade de confiança existente entre os indivíduos no interior de um determinado grupo. Consideramos que o estoque deste capital está relacionado com a facilidade ou a dificuldade com que os componentes desse grupo trabalham em conjunto. Portanto, deste ponto de vista, todo grupo possui em determinado momento um estoque de capital social que, com o constante e continuado relacionamento pode ser acumulado, ou destruído. (PALDAM; SVENDSEN, 2000).

Por empreendedorismo, entendemos a propensão e habilidade apresentada pelos indivíduos para tomar iniciativas e agir considerando a inovação e o risco; a capacidade de adotar novas idéias e com base nelas utilizar, de modo criativo e eficiente, os recursos disponíveis e acessíveis; a aptidão para visualizar antes dos demais as oportunidades que surgem com as mudanças ocorridas na realidade em que vive. Restringimos sua utilização ao domínio dos negócios privados, sem desconsiderarmos as necessárias articulações entre estes negócios privados, os órgãos públicos e a comunidade envolvente.

Nossa preocupação com o associativismo e com o empreendedorismo estava relacionada com o desenvolvimento dos agronegócios, e não com o "desenvolvimento rural" ou com o "mundo rural".

A delimitação dos agronegócios dentre as atividades econômicas é problemática. Nesta pesquisa procuramos incluir neles as atividades mais diretamente relacionadas com os recursos naturais, ou seja, aquelas que têm sido objeto de trabalho dos profissionais das ciências agrárias.

No que se refere à região, a consideramos apenas como sendo o espaço de referência onde a pesquisa foi desenvolvida. O intuito foi o de compreender associativismo e empreendedorismo a partir de dados empíricos colhidos num determinado território. Consideramos que os empreendimentos têm

origem, e se relacionam com outros em regiões, em razão da ainda importante questão das distâncias para o desenvolvimento da maioria deles. Consideramos também que com o desenvolvimento mais recente das comunicações, principalmente no que se refere ao envio e recebimento de dados (Internet), em muitas atividades, o local/regional já é o mundial.

Como os indivíduos precisam interagir para poder participar do desenvolvimento de atividades econômicas, os registros e as referências dessa interação comumente se apresentam como circunscritas a um espaço delimitado. Nada mais esperado, portanto, que as iniciativas e experiências (casos) sejam identificadas a partir deste espaço em que ocorrem.

3. O PROBLEMA DA PESQUISA

A iniciativa de efetuar esta pesquisa partiu de uma relação que percebemos entre os resultados de uma pesquisa anterior que efetuamos e os resultados de pesquisas recentes de dois autores: VEIGA (2003) e ABRAMOVAY et al. (2003). A seguir colocamos o problema a partir da pesquisa de VEIGA (2003).

Considerando que existe pouca explicação para duas questões que apresenta, o autor utiliza dados empíricos em busca de mais explicações. A primeira destas questões está relacionada com: “as razões do maior grau de empreendedorismo privado que se manifesta em certas localidades”; e a segunda: “as razões da maior capacidade de articulação coletiva que se manifesta em uma pequena parte dessas localidades de maior grau empreendedor”.

VEIGA (2003) considera que tanto a literatura que explorou quanto os dados empíricos que recolheu, não lhe deu explicações satisfatórias. Entretanto, sugere duas considerações que pretendemos explorar. Estas considerações associam o empreendedorismo à formação de capital social.

A primeira: “(...) é a existência de um mínimo de confiança coletiva que condiciona a reação de um território ao esgotamento de atividades lucrativas que até então garantiam seu progresso. Também é ela que condiciona a reação desse mesmo tipo de município a uma crise, quase sempre motivada por difíceis combinações de fatores externos e internos”.

A segunda: “(...) o desenvolvimento dos territórios resulta essencialmente de costuras bem feitas entre atores privados e públicos que – apoiados em instituições adequadas – formulam e propõem projetos pertinentes e mobilizadores”.

A pesquisa considera antes de tudo grupos de produtores, sem se ater, nas explicações, a municípios, regiões ou outro espaço geográfico definido. Mas grupos que de algum modo se associam, são ou não compostos significativamente por empreendedores, e buscam resultados positivos no desenvolvimento de agronegócios.

A hipótese é a de que estes resultados são obtidos apenas quando os empreendedores se associam. Como efetuar a inclusão dos “pobres” que vivem na área onde estes empreendimentos se desenvolvem, preocupação mais explícita de ABRAMOVAY et al. (2003), também é o nosso desafio.

Em pesquisa anterior verificou-se que agentes externos têm procurado estimular o agrupamento de pequenos produtores da região em associações. Certamente a organização e a ação em cooperação são indispensáveis para a obtenção de resultados positivos nos agronegócios. Entretanto, questiona-se o modo como isto tem sido feito. Como bem apreendeu ABRAMOVAY et al. (2003), quando as associações, ou grupos de algum outro modo organizados, não são levados a desenvolver sua capacidade de formular projetos inovadores, e com a participação de empresários, o que resulta na maioria dos casos é a expressão de pleitos de natureza reivindicativa a órgãos públicos.

4. RESULTADOS OBSERVADOS

Para a delimitação dos principais casos de arranjos associativos encontrados na região utilizamos a divisão adotada pelo EDR de Botucatu, com os seus 11 municípios: Anhembi, Areiópolis, Bofete, Botucatu, Conchas, Itatinga, Laranjal Paulista, Pardinho, Pereiras, Pratânia e São Manuel.

Alguns casos incluem produtores de mais de um município. A classificação que efetuamos os vinculou ao município onde a experiência teve início, ou então ao município que possui o maior número de produtores.

A relação dos casos considerados não é exaustiva. Mas inclui os mais expressivos, de nosso conhecimento e do conhecimento das duas principais instituições que os acompanham: o EDR e o SEBRAE.

Conforme sustentamos anteriormente, as associações, e por “perencimento” seus associados, obtém resultados positivos quando predominam em seus quadros os empreendedores. Na análise a seguir consideraremos a presença ou ausência destes atores nos agronegócios desenvolvidos na região de Botucatu, bem como a existência, ou não, de um estoque mínimo de capital social nestes empreendimentos. A Tabela 1 mostra os casos considerados.

Tabela 1. Arranjos associativos na região de Botucatu – SP.

Município	Casos Considerados	Formalizados	Passíveis de Formalização
01 - Anhembi	2	2	-
02 - Areiópolis	1	-	1
03 - Bofete	4	1	3
04 - Botucatu	7	6	1
05 - Conchas	4	1	3
06 - Itatinga	5	3	2
07 - Laranjal Paulista	2	2	-
08 - Pardinho	2	2	-
09 - Pereiras	5	2	3
10 - Pratânia	3	1	2
11 - São Manuel	5	4	1

TOTAL**40****24****16**

Antes de verificarmos a presença ou ausência de empreendedores, convém verificarmos a origem da formação dos arranjos considerados. Nesta origem, precisamos saber se predominou: a) necessidade sentida compartilhada, isto é, se existiu inicialmente algum indício de capital social; b) estímulo externo com promessa de benesses, isto é, se o arranjo foi sugerido ao grupo e não partiu de iniciativa dele; c) condição para outorgas ou subsídios governamentais, isto é, se o arranjo foi, de acordo com seu formato original, na prática imposto ao grupo. A Tabela 2 mostra esses resultados.

Tabela 2: Origem da formação dos arranjos considerados

Caso	A	B	C
1			X
2		X	
3			X
4	X		
5	X		
6	X		
7		X	
8			X
9		X	
10			X
11			X
12			X
13	X		
14	X		
15	X		
16	X		
17			X
18			X
19			X
20			X
21	X		
22	X		
23			X
24		X	
Totalização	09	04	11

Legenda: A. Predominância de necessidade sentida compartilhada; B. Predominância de estímulo externo com promessa de benesses; C. Predominância de contrapartida para obtenção de recursos governamentais.

Como a origem não determina o tipo predominante de prática associativa vivenciada recentemente, verificamos como esta tem se desenvolvido nos arranjos considerados. Para tanto verificamos se nesta prática tem predominado: a) ajuda mútua para alcançar objetivos comuns, isto é, a prática propiciada pelo capital social efetivamente existente; b) reivindicações a órgãos governamentais, isto é, o grupo se mantém unido pela expectativa de receber benefícios; c) prática não identificada claramente. A Tabela 3 mostra esses resultados.

Tabela 3: Tipo predominante de prática associativa

Caso	A	B	C
1		X	
2		X	
3		X	
4			X
5			X
6	X		
7		X	
8		X	
9	X		
10		X	
11		X	
12		X	
13	X		
14	X		
15	X		
16		X	
17		X	
18		X	
19		X	
20	X		
21	X		
22	X		
23		X	
24	X		
Totalização	09	13	02

Legenda: A. Ajuda mútua para alcançar objetivos comuns; B. Reivindicações a órgãos governamentais; C. Prática não identificada.

Finalmente verificamos a proporção de empreendedores entre os associados: a) se era pequena e pouco expressiva; b) se era existente, mas abaixo da média; c) se não foi possível identificar. A Tabela 4 mostra esses resultados.

Tabela 4: Proporção de associados empreendedores

Cidade	A	B	C
1	X		
2	X		
3	X		
4	X		
5	X		
6		X	
7		X	
8	X		
9		X	
10	X		
11	X		
12	X		
13		X	
14		X	
15		X	
16	X		
17	X		
18	X		
19	X		

20		X
21	X	
22	X	
23	X	
24		X
Totalização		16 07 01

Legenda: A. Pequena e pouco expressiva; B. Existente, mas abaixo da média; C. Não foi possível identificar.

5. ANÁLISE E CONCLUSÕES.

De acordo com a Tabela 1, 16 grupos considerados ainda informais, ou seja, novos arranjos associativos poderão ser formalizados no futuro. Observamos que a orientação predominante no SEBRAE era clara no sentido de que eles formassem associações. Esta orientação apareceu nos cursos oferecidos, nos atendimentos, nas reuniões ou palestras para “sensibilização”.

A totalização da Tabela 2 nos mostra que em menos de 40% dos casos considerados os arranjos associativos surgiram de necessidade sentida compartilhada. Dentre os demais, enquanto alguns surgiram por sugestão a partir de fora do grupo formador, a maior parte surgiu como condição para a formalização de contratos com órgãos governamentais.

A totalização da Tabela 3 nos mostra que dentre os arranjos considerados, independentemente dos motivos que os geraram, em menos da metade deles predominou a ajuda mútua para fins que beneficiem o coletivo. Em mais da metade dos casos predominou no grupo uma união pela busca ou pelo recebimento de recursos governamentais.

A totalização da Tabela 4 nos mostra que na maior parte dos casos considerados a proporção de empreendedores associados era muito pequena. Em alguns deles havia empreendedores, mas que não predominavam no grupo. Em nenhum dos casos considerados eles se constituíam na maioria dos membros.

Quanto à necessidade de articulação dos empreendimentos com órgãos públicos, observamos que ela existia quase sempre. O problema era como esta articulação se dava: ela era predominantemente reivindicativa de benesses e privilégios, e não proponente de atividades integradas.

A ação coletiva que tem por fim o maior ganho possível, e melhor distribuído possível entre todos os interessados, é por demais complexa e de difícil viabilização. Por isto que este fim precisa ser perseguido lentamente, e a confiança imprescindível entre os associados é adquirida passo a passo dentro do grupo.

Quando os funcionários ou técnicos de órgãos governamentais ou públicos, diante de algumas demandas ainda não suficientemente conhecidas, sugerem um formato de arranjo associativo para dar conta destas demandas, erram por apressamento ou precipitação.

Este apressamento ou precipitação muitas vezes se deve a necessidade de cumprimento de tarefas solicitadas por superiores hierárquicos. E estes superiores hierárquicos as solicitam para poder mostrar realizações dos órgãos governamentais ou públicos que momentaneamente comandam.

Deste “imbróglio” muitos empreendedores se afastam e acabam desenvolvendo atividades isoladamente. E com isto se reduz a possibilidade de inclusão dos “pobres” que vivem nas cercanias desses empreendimentos.

No que se refere ao desenvolvimento do capital social, sabemos que as ações de ajuda mútua crescem e se intensificam quando ocorrem sob a égide de regras apropriadas, dentre elas, por exemplo, as que dificultam ações oportunistas (rent seeking). Ora, arranjos adotados apressadamente passam a funcionar muitas vezes com regras impróprias para os grupos e, portanto, tornam-se inibidoras do capital social.

6. BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R.; SAES, S.; SOUZA, M.C.; MAGALHÃES, R. Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil. In: Department Four International Development – CEPAL (Escritório no Brasil). **Pobreza e mercados no Brasil**. Brasília. 2003

AXELROD, R.A. **The evolution of cooperation**. New York: Basic Books, 1984. 256p.

MEDICI, A. **Associações, agronegócios e capital social na região de Botucatu - SP**. Botucatu, SP: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Agrônômicas, 2002 (RELATÓRIO)

OLSON, M., **The logic of collective action: public goods and the theory of groups**. Cambridge: Harvard University Press, 1965. 201p.

PALDAM, M.; SVENDSEN, G.T. An essay on social capital: looking for the fire behind the smoke. **European Journal of Political Economy**, v.16, p.339-366, 2000

VEIGA, J. E. **Empreendedorismo rural: uma primeira aproximação**. Brasília, DF: Sebrae (Nacional), 2003 (RELATÓRIO)